

## **INTEGRALISMO E AÇÃO CATÓLICA: SISTEMATIZANDO AS PROPOSTAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DE PLÍNIO SALGADO, JACKSON DE FIGUEIREDO E ALCEU AMOROSO LIMA NO PERÍODO DE 1921 A 1945**

**SIMÕES**, Renata Duarte – PUC/SP

**GT:** História da Educação / n.02

**Agência Financiadora:** Não contou com financiamento

Este estudo elabora uma sistematização do pensamento político de Plínio Salgado, como Chefe Nacional do movimento social, de grande repercussão política, que emerge no Brasil na década de 30: a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Tal sistematização se completa com a proposta de distinguir o pensamento político pliniano do pensamento político de Jackson de Figueiredo e de Alceu Amoroso Lima, representantes católicos de destaque no período, assim como distinguir as suas propostas políticas e educacionais para o Brasil, em fase de transição social, econômica, política e cultural, vivida no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima são atores dessa trama porque dedicaram suas energias políticas e intelectuais à tentativa de estabelecer um modelo de crítica à modernização em curso no País e, freqüentemente, em seus escritos, atribuíram um papel estratégico à educação na construção da sociedade que idealizavam.

Essa questão remete-nos a perguntar: por que não limitar o trabalho somente ao pensamento pliniano? Por que também sistematizar o pensamento jacksoniano e o amorosiano com a finalidade de distingui-los?

Salgado fundamenta seu pensamento na doutrina cristã ortodoxa, afirmando ser seu pensamento “[...] um pensamento que vem de Cristo e vai para o Cristo [...]”, pois, segundo ele, “[...] sua base está em Deus e sua inspiração nos Ensinamentos do Evangelho” (SALGADO, 1956, p. 320, v. XVII).

O Integralismo apresenta-se como “[...] organismo preparatório, elaborador da grande pátria cristã [que] visa a reestruturação da sociedade brasileira sobre o alicerce dos princípios imortais do Cristianismo” (CORBISIER, 1959, p. 63, v. IX).

Assim, sentimos a necessidade de investigar e buscar melhor compreender e distinguir essa doutrina integralista que se diz cristã da doutrina católica que, muitas vezes, se contrapõe à doutrina integralista.

Delimitamos o período a ser estudado entre 1921 e 1945, tendo como justificativa para a data inicial ser ela o primeiro ano de publicação da revista *A Ordem*, uma das fontes

selecionadas para este estudo e que era lugar “oficial” de manifestação da militância laica católica, e também a data de início da Ação Católica no Brasil. Como justificativa para a data final, lembramos que, ao término do Governo ditatorial de Getúlio Vargas, de certa forma, também termina, em termos de pensamento político, a “fase autoritária” de Alceu, crítico literário que assume a posição de líder do Laicato brasileiro após a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928.

Investigamos os escritos dos autores, principalmente aqueles nos quais o pensamento político de cada qual está exposto em detalhes. Além disso, consultamos artigos da revista *A Ordem*, artigos de jornais integralistas, teses e dissertações relacionadas com a temática em questão, documentos que refletem os caminhos trilhados pelo Movimento Integralista e pela Ação Católica e livros concernentes a tais movimentos.

Desse modo, recenseamos a bibliografia que aborda o Movimento Integralista e a Ação Católica e pudemos verificar que poucos estudos dedicaram esforços no sentido de distinguir o pensamento político de Salgado dos pensamentos políticos de Figueiredo e Lima, principalmente no que tange às expectativas que nutriam sobre a educação brasileira. Destarte, esta investigação visa a contribuir para o preenchimento de lacunas presentes em estudos de comparação e sistematização dos pensamentos políticos e educacionais dos atores dessa trama.

Nessa direção, vislumbrando as transformações que se operam na sociedade brasileira da época, compreendemos que a década de 20 traz consigo movimentos políticos e culturais muito interessantes e aproxima-se do cenário onde surge o integralismo.

A fase de transição na evolução histórica brasileira, compreendida entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, promove significativas transformações nos campos social, político, econômico e cultural. Nesse período, pode-se observar o incremento da indústria, a incorporação de novas camadas urbanas às lutas sociais, uma mutação ideológica que se opera entre as elites intelectuais e a colocação em questão da legitimidade do sistema político dominado pelo grupo agrário exportador.

Naquele contexto, o movimento modernista tornou-se forte fonte de inspiração para autores brasileiros, podendo ser observado claramente, no mesmo período, o paralelismo entre a evolução do modernismo e a do chefe integralista, ambos deixando-se impregnar pela política. Em relação a esses acontecimentos, tanto Alceu quanto Plínio, apresentam um conjunto vasto de obras, recusando em parte e aceitando em parte a doutrina modernista.

Ainda nos anos 20, merece destaque a instituição católica brasileira por acompanhar o surto de nacionalismo que invade a Europa nesse período, iniciando nova etapa de vida eclesiástica no Brasil, conhecida como “Restauração Católica”.

No país, diversos prelados passam a apregoar a necessidade de uma presença maior da Igreja Católica na sociedade brasileira em razão de ser a fé católica um dos elementos constitutivos da nacionalidade (AZZI, 2001).

Portanto, dois são os novos aspectos que servem para caracterizar a Restauração Católica: primeiramente a consciência da necessidade de uma presença efetiva maior na esfera da sociedade brasileira e, como conseqüência, a consciência da necessidade de uma aproximação e colaboração maiores entre Igreja e Estado.

Nesse âmbito, a Igreja não pretende uma volta ao passado ou às instituições monárquicas. A atitude do episcopado não é reacionária, mas simplesmente conservadora. Os bispos desejam colaborar com a República de então, mas procurando infundir-lhe o espírito cristão, não interessando tanto a forma de Governo, mas sim a legalidade do Poder político (AZZI, 2001).

Para o estabelecimento do início efetivo do movimento espiritualista no Brasil, os anos de 1921 e 1922 são considerados anos-chave em virtude da fundação, no Rio, do Centro D. Vital e da revista *A Ordem* e em virtude da publicação de duas obras fundamentais: “A Igreja, a Reforma e a Civilização”, do padre Leonel Edgar Silveira Franca, e “Pascal e a Inquietação Moderna”, de Jackson de Figueiredo. A revista *A Ordem*, caracterizada por um tom nacionalista, e o Centro D. Vital, cujo objetivo era defender as reivindicações católicas na constituição, passam a ser ponto de encontro e de projeção da nova intelectualidade católica.

Alceu Amoroso Lima, compreendendo o quadro que se delineia no período e percebendo a existência de semelhanças e divergências entre o movimento integralista e o movimento anti-democrático cristão, estabelece a relação entre eles dizendo que, embora sejam contraditórios em alguns dos seus ideais e métodos, têm raízes ideológicas embebidas na mesma reação espiritualista, mesmo que com resultados opostos (LIMA, 1934)

No âmbito dos projetos educacionais, as propostas integralistas diferenciam-se do conjunto de idéias católicas expressas no Centro D. Vital, nos editoriais da Revista *A Ordem* e nos escritos de Jackson Figueiredo, assim como nos de Alceu Amoroso Lima, por fazer avançar a militarização educativa da infância e das mulheres, condenada por todo o espírito da educação cristã que a Igreja promove.

Além disso, Figueiredo e Lima condenam o juramento de fidelidade incondicional ao Chefe Nacional, dizendo que evidentemente nenhum católico consciente que viesse a ingressar em escolas e nas fileiras da AIB poderia fazê-lo, pois “[...] só a Deus podemos

jurar fidelidade sem condições”. Mas, nem um, nem outro, em seus discursos declaram oposição ou ataque ao movimento “[...] dado que o Integralismo possui, no campo social, em grande parte os mesmos amigos e adversários que a Igreja” (LIMA, 2001, p. 187).

A Ação Integralista Brasileira, fundada oficialmente por Plínio Salgado no dia 7 de outubro de 1932, em São Paulo, sob forte sentimento nacionalista, apresenta-se como movimento cultural destinado a criar uma nova mentalidade no país e coordenar os estudos da nova idéia, nascendo por meio da renovação estética e espiritual.

No contexto da renovação espiritual, o Integralismo Brasileiro apresenta-se como redentor da massa popular, que é “[...] imatura, incapaz, inconsciente e estúpida”, precisando ser educada e vigiada pelas elites intelectuais que a guiariam e a conduziriam (CÂMARA, 1959, p. 34 v. IX). Destaca-se, também, por ressaltar e difundir valores de disciplina, exigindo de seus membros um juramento de fidelidade e obediência à sua doutrina e do Chefe Nacional

Destarte, para que seus membros se tornem “soldados” obstinados a defender os idéias integralistas e a Nação, o integralismo visa a formação completa do homem, do ponto de vista físico, moral e intelectual e objetiva “[...] a realização plena da personalidade segundo sua natureza e seu destino. O papel, por conseguinte, da Educação, é dar ao homem meios para que essa realização se efetive”, evitando, a todo custo, unilateralidade dos sistemas educacionais predominantemente esportivos, científicos, etc (PAUPÉRIO; MOREIRA, apud CAVALARI, 1999). Nessa direção, a idéia de “educação integral para o homem integral” apresenta-se como uma constante do discurso integralista.

Com a finalidade de transmitir a seus membros cultura e uma moralidade própria, compreendendo a importância da educação para “revolução de espírito”, o integralismo mantinha uma rede de escolas que funcionava junto aos núcleos Municipais e Distritais, podendo ser percebido claramente o doutrinamento integralista das crianças que freqüentavam essas instituições.

Na esfera educacional, como um dos mais manifestos resultados das transformações sociais do decênio de 20, abre-se um amplo espaço para as propostas de um movimento nacional em prol da educação. O que concede à educação, naqueles tempos, grande relevância política é a crença, por muitos compartilhada, “[...] em seu poder de moldar a

sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação” (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 69).

A questão educacional, naqueles anos, torna-se tema altamente politizado, atraindo os grandes talentos e provocando os maiores conflitos. Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado, cada um de modo bastante singular, em menor ou maior grau e com objetivos por vezes discordantes e por vezes congruentes, elaboram propostas educacionais e indicam caminhos que deveriam ser trilhados pelo povo brasileiro e por seus representantes.

No que se refere à educação, Jackson de Figueiredo elabora poucas propostas e, quando as faz, por meio do que denomina de “Pedagogia da Ação”, seus objetivos estão voltados para a convocação e mobilização das massas. O pensador, percebendo o processo de modernização que se alastra no campo cultural, econômico e social brasileiro, convoca o povo a pensar sobre os “perigos” do liberalismo e sobre a “ameaça” revolucionária. Em grande parte, seus apelos são direcionados à juventude, pois nela seu ideário encontra acolhida.

Figueiredo, após converter-se ao cristianismo, sente-se imbuído do espírito de missão e preocupa-se mais em afastar o País da desordem, por meio da modificação da conduta de seus representantes tendo em vista uma política de conteúdo moral, isto é “justa, honesta e sadia”, do que em escolarizar o povo brasileiro.

Já Alceu Amoroso Lima, além das funções que diante das questões educacionais de nosso país. Por isso, segundo Cauvilla (2000), costuma ser citado como educador.

Verificamos sua presença no campo da educação, particularmente nos anos 30, além de sua presença no Conselho Nacional de Educação e no Conselho Federal de Educação durante 35 anos (1935-1969).

Ao posicionar-se diante das questões educacionais, Alceu, em seus escritos, tece críticas à cultura intelectual brasileira e diz ser ela deficiente em qualquer grau ou ramo de ensino primário, secundário, superior ou profissional. O pensador afirma que, no Brasil, não há uma estrutura pedagógica formada e que o povo continua a sofrer do mal da preparação precipitada e superficial. Para ele, falta ao povo brasileiro “[...] uma tradição, uma disciplina, uma estrutura formadora e guia das admiráveis qualidades mentais inatas [...]” (LIMA, 1943, p. 133-134).

Lima, assim como Jackson de Figueiredo, mas com mais freqüência, tece críticas severas ao ensino leigo que, segundo ele, “[...] cria e dissemina o pior dos venenos dissolventes das nacionalidades – a indiferença, o egoísmo, a vida sem finalidade superior.

Assim como Salgado, cada um a seu modo, Alceu revela compreender a educação

como “formação integral” do indivíduo. Aquela que lhe possibilita, além de conhecer, vivenciar, incorporar valores morais, estéticos, religiosos; aquela que possibilita a passagem do indivíduo à pessoa; aquela cujo principal objetivo é tirar do ser humano todas as suas virtualidades, passando de mero animal intuitivo à personalidade racional e criadora; aquela que forma o homem segundo a sua forma perfeita, a sua “humanidade”, diferenciando-o das demais espécies (LIMA, 1943).

Contudo, Lima adverte constantemente, em seus escritos, que a educação é um direito da família e que a escola a completa, substituindo-a somente no caso de insuficiência ou desaparecimento.

Logo, o pensador destaca a importância da mulher na tarefa educativa da família, afirmando ser indispensável, no mundo atual, um movimento social que restitua a mulher, sempre que possível, ao lar, devendo lembrar, segundo ele, que “[...] a mulher que renegue a sua natureza é muito pior que o homem em seus defeitos” (LIMA, 1940, p. 190). Plínio Salgado, em sua obra, também ressalta as funções da mulher no lar, conferindo-lhe ocupa na LEC e na ACB nos anos 30, e parte dos anos 40, tendo uma ação política marcante, posiciona-se constantemente atribuições no que diz respeito à educação da prole.

No processo de preparação para revolução de espírito, segundo o ideário integralista, a mulher desempenha importante papel, principalmente nos setores educacionais, pois tem ela grande contribuição a dar, desde que seja de forma ordenada, na tarefa de educação da consciência nacional, encontrando a verdadeira esfera de função adequada ao sexo e aos seus deveres cristãos, no desempenho de funções do lar e da família (SALGADO, 1955, v. VIII).

Para Salgado, a mulher do século XX precisa incansavelmente manter-se saudável, desenvolvendo suas faculdades intelectuais, aprimorando sua resistência e sua beleza corporal sem jamais negligenciar o espírito; devendo encontrar dentro do realismo cristão, a fórmula higiênica de sua plena realização social, buscando sempre o equilíbrio perfeito entre corpo e espírito, sintonizados segundo os seus fins biológicos e os seus fins sobrenaturais. “É por meio do magistério da igreja que a mulher encontrará o segredo de sua felicidade e a direção do seu verdadeiro destino, diverso na forma e no desempenho do papel que cabe a cada sexo” (SALGADO, 1955, p. 296-299, v. VIII).

No tocante aos projetos políticos dos três autores, destacamos um ponto na obra jacksoniana, que compreendemos ser de suma importância: a definição de “ordem” pois, nessa, um governo cuja estrutura não estivesse em consonância com a ordem divina cristã, do ser humano oriundas do pecado original. Em sua concepção, a política e o Estado assumiriam uma função corretiva e desempenhariam bem essa função se seguissem um

modelo de característica anticospopolita, ruralista, de paternalismo estatal e essencialmente elitista.

Para Jackson, toda ação política deveria vir de “cima para baixo”, isto é, das elites e do Governo imbuídos do espírito de fé, agindo sobre o povo, e nunca o inverso. O povo, para Jackson, assim como para Plínio Salgado, seria incapaz de se autogovernar.

Contudo, a autoridade só seria aceita se fosse envolvida por uma religiosidade, especificamente subordinada à Igreja Católica. No pensamento jacksoniano, a Igreja assume o papel de mantenedora e vivificadora da civilização cristã, sendo a “alma imortal do mundo Ocidental” (FIGUEIREDO, 1924). Para Jackson, a Igreja significaria a presença de Deus vivo no mundo, sendo impossível separá-la da civilização. Ela representaria a escola do respeito à autoridade e do amor à ordem (FIGUEIREDO, 1922a), não precisando temer, a respeito do futuro, o povo que assentasse sua vida sobre os princípios da fé (FIGUEIREDO, 1922a).

Sendo a depositária da verdade integral, a Igreja abrangeria todos os domínios da vida humana, política, social, histórica (FIGUEIREDO, 1922b) e, uma vez que Jackson aceita a infalibilidade do magistério da Igreja também em questões sociais, a Igreja não seria vista apenas como depositária de revelações de caráter puramente religioso.

Nesse âmbito, pensando em promover um renascimento dos católicos e em preservar os poucos valores tradicionais e católicos existentes, Jackson nortearia toda a sua ação política no sentido de uma reforma pacífica e de apoio à ordem instituída, sendo inadmissível qualquer forma de Governo fundado sobre o povo.

Embora se dissesse soldado da Igreja, o pensador sergipano declarou, na obra “Dolorosas Interrogações”, sua decepção em relação a essa instituição, criticando-a severamente por não apoiar seus intentos golpistas e por ocupar uma posição de neutralidade em frente a responsabilidades políticas.

Após a morte de Jackson, Alceu Amoroso Lima assume a posição de líder do laicato brasileiro, dando continuidade ao Movimento Litúrgico que, segundo Azzi (2001), constituiu-se em um dos projetos mais importantes e de conseqüências mais renovadoras do período, afirmando, assim, a presença do laicato dentro da instituição católica. católica, estaria destinado à falência. No entanto, é observável que Jackson não foi um adorador da ordem, isto é, não via na ordem um fim em si mesma, mas apenas uma força de “depuração social” (CORDI, 1980).

Para Jackson (1924), a grande ameaça à ordem social seria a democracia, pois, sendo essa um “governo de número”, basear-se-ia na idéia de que a maioria de votos

poderia resolver questões de interesse geral. Princípio esse que iria frontalmente contra o caráter elitista do pensamento jacksoniano, no qual a solução dos problemas sociais só poderia advir de uma elite competente.

Jackson ainda tece críticas à democracia no que se refere ao princípio de serem todos os homens iguais. Para ele, isso representaria um verdadeiro absurdo, dado que a própria organização social suporia a desigualdade dos homens (FIGUEIREDO, 1924, p. 281).

Quanto ao poder exercido pelo Estado, Jackson possuía uma visão otimista e benéfica, pois confiava no poder como meio de controlar e cercear as inclinações negativas

Durante os nove anos anteriores à sua conversão ao catolicismo, de 1919 a 1928, Lima praticou, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, a crítica literária. No entanto, sua conversão ao catolicismo, em 1928, subtraiu-lhe a marca de imparcialidade e a qualidade que antes lhe era reconhecida, passando, a partir desse momento, a lhe ser negada, pois se acredita que suas idéias estão “viciadas” pela ideologia assumida ao abraçar o catolicismo (LAFETÁ, 2000).

O comprometimento político de Alceu ganha contornos mais nítidos quando assume a direção do Centro Dom Vital (1928), o que confirma sua chegada à política por meio da religiosidade.

Na ideologia amorosiana, um dos traços principais é a constante crítica ao materialismo que, por chocar-se com os postulados espiritualistas e finalistas do catolicismo, será apontado como o erro essencial do mundo contemporâneo, como fonte e origem de todos os males que afligem os homens. Materialismo esse que Plínio Salgado também critica rispidamente em seus artigos e obras.

Alceu assume uma posição crítica em frente a tudo que diverge da doutrina católica. Conseqüentemente, seus artigos raramente abordam princípios que não sejam de base cristã e apresentam a sua forte tendência a ir imediatamente à refutação dos postulados filosóficos do adversário, ou seja, de um pensamento oposto ao católico.

Ao falar de revolução, Lima afirma que “[...] é sempre uma religião que erra de objetivo” (ATHAYDE, 1940). Essa afirmação que é retomada mais uma vez em 1944: “Toda revolução verdadeira é uma religião que se ignora” (ATHAYDE, 1944). Isso o levará, como católico, a uma atitude de oposição a qualquer espécie de revolução, opondo-



se até mesmo ao espírito revolucionário do clero brasileiro.

Posteriormente, procurará justificar tais posições esclarecendo que se sentiu na obrigação de continuar a obra de Jackson, que precisou aceitar muitas daquelas idéias que lhe pareciam “detestáveis” e que “contrariavam” sua formação (LIMA, 1969).

Em relação aos “males” do Brasil, argumenta que a solução viria não da revolução, mas da contra-revolução, da volta às raízes, da reposição da nacionalidade em sua estrutura fundamental, e para dizer tudo em uma palavra – de uma recristianização do Brasil (ATHAYDE, 1929).

Outro alvo das inquietações e preocupações de Alceu é o problema da nacionalidade, abordado sempre de modo ligado à formação do povo brasileiro. Logo, percebe-se que seus artigos têm por finalidade arregimentar os católicos brasileiros para que venham a influir de maneira decisiva nos rumos do País por meio de um novo tipo de mentalidade religiosa, ativa e atuante. Plínio Salgado assume semelhante posição quando pronuncia seu discurso nacionalista ao povo com o intuito de convocá-lo para lutar pelas causas integralistas.

No tocante à discussão sobre o ensino religioso, nos anos que se seguem a 1931, ataca o laicismo bem como o monopólio da educação pelo Estado. Destarte, torna-se evidente a sua crença de que a ruptura da tradição católica e a aceitação oficial do laicismo constituem as fontes dos males nacionais, chegando a identificar nessa ruptura a causa principal do movimento revolucionário.

Alceu condena as revoluções comunistas por serem provocadas pela “vontade de uma minoria” e conclui daí que as teses do marxismo estão erradas em seu “determinismo inflexível” (ATHAYDE, 1929). Logo assume, em se tratando de inimigos, a semelhança entre a doutrina católica e a integralista, mantendo, todavia, certa cautela ao apontar tais proximidades doutrinárias.

Critica o liberalismo por representar um aspecto do material que tanto abomina: o afastamento de todos os valores espirituais que condena, segundo ele, a sociedade capitalista à destruição. Alceu argumenta que o capitalismo é errôneo porque parte das premissas materialistas e, por isso, só poderá conduzir à sua própria destruição.

No final dos anos 30, o pensador inicia um processo de “auto-revisão crítica”, o que o faz declarar o seu retorno ao que era antes da conversão: “A partir de 1938 fiz uma

revisão dentro de mim mesmo e voltei politicamente ao que era antes da conversão, [isso é, ao] liberalismo reformador, [ao] espírito aberto [...]”, qualificando-se assim como um “liberal qualificativo” e não “substantivo” (LIMA, 2001, p. 151)

Na política, alguns pontos do pensamento pliniano assemelham-se ao amorosiano, pois ambos se contrapunham às idéias revolucionárias e liberais em voga nos anos 30 e buscavam as bases cristãs para a reestruturação da sociedade, o que tornou recíproco o apoio e simpatia entre eles.

Plínio teve sua fase eminentemente literária que se estendeu de 1919 a 1930 e nela já se encontram esboçados, delineados e anunciados muitos dos principais temas ideológicos que dariam ensejo ao movimento integralista.

A partir dos anos 30 e no decorrer dos anos 40, os discursos literário e político passam a se entrecruzar, coexistindo, desse modo, nas obras de Salgado.

Em quase todos os artigos desse pensador uma atitude nacionalista está presente. Já nos primeiros editoriais do jornal *A Razão*, ele denuncia os perigos do cosmopolitismo e diz considerar a influência estrangeira um mal de morte para o Nacionalismo Brasileiro.

“O Estado” é outro tema constantemente abordado nos seus artigos. No artigo “Federação e Sufrágio”, publicado em 26 de janeiro de 1932, Plínio tece críticas às ditaduras que se “[...] apóiam num corpo de idéias mediante o qual são apreciados todos os problemas de ordem política e de ordem técnica” (SALGADO, 1932). Para ele, o Estado não deve ser fruto de pura criação intelectual, mas moldar-se à realidade mundial e nacional.

Salgado defende um Estado de estrutura unipartidária e corporativa, tendo por base a “[...] sindicalização de todas as profissões e a representação de cada uma delas, quer nas Câmaras Municipais, quer nas Legislativas Estaduais, quer no Congresso Federal” (SALGADO, 1931).

Em relação ao liberalismo, Salgado (1959, p. 30, v. IX) condena os dois critérios sob os quais a luta econômica é encarada: “[...] o critério individualista, isto é, liberal democrático, baseado nos princípios da Revolução Francesa e [...] o critério coletivista, isto é, socialista, baseado no marxismo” (SALGADO, 1959, p. 30, v. IX). Essas posições, na visão pliniana, promoveram grandes conflitos e crises, criaram um Estado fora e acima das

lutas de indivíduos e grupos de indivíduos.

Pensando em evitar novos conflitos e crises, Salgado elabora e propõe “fórmulas definitivas” de salvação nacional e humana que, segundo ele, “exprimem realidades”: o “Estado orgânico”, a “organização corporativa da Nação”, a “economia orientada”, a “representação corporativa”, o “homem integral”, o “realismo político”, a “harmonia das forças sociais”, a “finalidade social”, o “princípio da autoridade das forças sociais”, o “princípio da autoridade”, o “primado do espírito” (SALGADO, 1959, p. 37, v. IX).

Propõe, ainda, uma “democracia de fins” e não uma de meios, que venha a salvar a liberdade humana da opressão do liberalismo, opressão que ele acredita se dar pelo sufrágio universal e aponta o integralismo como a única força capaz de implantar a disciplina e a democracia verdadeira (SALGADO, 1959, p. 39, v. IX).

Contraopondo-se a Jackson de Figueiredo, persegue uma democracia, mas que seja construída sob nova forma, uma “democracia” elitista e orgânica, sem partidos políticos e sem sufrágio universal, sendo o regime em que o Estado, nas mãos da elite cultural, cria condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, ampliando, cada vez mais, o círculo da classe dirigente.

Essas propostas são amplamente difundidas pela Ação Integralista Brasileira que, a partir de outubro de 1932, transforma-se no principal partido da extrema-direita dos anos trinta em busca de Poder Político.

Na fase que vai de 1937 a 1945, com a presença do Estado Novo, o integralismo apresenta-se já despojado de sua ação política efetiva. A tônica política da produção teórica de Plínio dá lugar à perspectiva católica que, na realidade, jamais deixará de estar presente em seu pensamento, ainda que subordinada ao seu entendimento peculiar do catolicismo. O doutrinador político cede, em parte, seu lugar ao doutrinador cristão, aderindo, expressamente, àquilo que ele chamava de “democracia cristã” fundamentada, segundo ele, na “sua” interpretação das encíclicas papais.

Muitas foram as semelhanças, assim como muitas foram as divergências entre os fundamentos conceituais e políticos que deram vida aos discursos de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado.

A partir do estudo realizado, percebemos que, diante do quadro que se configura no Brasil após a Primeira Guerra Mundial, os três autores passam a proferir críticas à

modernização em curso no País e atribuem, nesse contexto, papel estratégico à educação na construção da sociedade que projetavam, cada qual a sua maneira.

Foi-nos possível observar que, apesar de assumirem sua simpatia uns pelos outros, buscam definir de forma bastante clara os preceitos e limites de seus respectivos pensamentos, distinguindo-se evidentemente dos demais por meio das doutrinas as quais dedicam energia política.

Identificamos que Jackson, Alceu e Plínio buscam alternativas para “salvar” o Brasil, considerado em crise e, influenciados pelas idéias autoritárias disseminadas nos anos 20 e, principalmente, nos anos 30, defendem, cada qual a seu modo, a revolução do sistema em termos antiliberais, propondo uma forma de organização do sistema social e político em que sobressai o papel primordial de um Estado forte e centralizado.

Desse modo, levando em consideração os pontos discutidos neste estudo, concluímos que, naquele contexto, modos diferentes de se pensar soluções para o Brasil, considerado em crise, impossibilitaram a existência de um pensamento político, católico e educacional homogêneo entre aqueles pensadores de corte autoritário. Esses intelectuais preocupavam-se em assumir posições e fazer distinguir seus pensamentos, traçando limites e expondo suas idéias. Criou-se, assim, um campo de disputas em que era necessário firmar posições, apresentado-se como de direita ou de esquerda, revelando inimigos e amigos.

Naquele período, Figueiredo, Lima e Salgado, de um modo ou de outro, assumiram a posição de direita, antiliberal ortodoxamente autoritária. Isso era o que havia em comum entre eles, no mais, cada detalhe fazia muita diferença.

## REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. A organização do lacaio durante a restauração católica. In: LIMA, Alceu Amoroso. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Paulinas, 2001.
- ATHAYDE, Tristão de. “Retrato ou caricatura?”, in *Vida Literária. O Jornal*, 6 jan. 1929.
- \_\_\_\_\_. “Thor e Pan”, in *Vida Literária. O Jornal*, 17 mar. 1940.
- \_\_\_\_\_. “Três ases”, in *Vida Literária. O Jornal*, 14. mai. 1944.
- CÂMARA, H. Para se compreender este Livro. In: SALGADO, Plínio (Org.). *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1959. p. 25-34. v. IX.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- CAUVILLA, Waldir. *Alceu Amoroso Lima e a democracia: em busca da proporção*. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade

de São Paulo, São Paulo, 2000.

CORBISIER, Margarida Cavalcanti de Albuquerque. Integralismo e educação do feminino. SALGADO, Plínio (Org.). *Enciclopédia do integralismo*. São Paulo: Clássica Brasileira, 1959. p. 63-69. v. IX.

CORDI, Cassiano. *A noção de Revolução em Jackson de Figueiredo*. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1980.

FIGUEIREDO, Jackson de. *A Reação do bom senso* (política). Rio de Janeiro: Tipografia Anuário do Brasil, 1922a.

\_\_\_\_\_. Catholicismo e política. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 82, jan. 1922b.

\_\_\_\_\_. *Afirmações* (política). Rio de Janeiro: Edições do Centro Dom Vital/Tipografia Anuário do Brasil. (Coleção Eduardo Prado), 1924a.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIMA, Alceu Amoroso. Catholicismo e integralismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, ano 14, v.12, n. 58. dez. 1934.

\_\_\_\_\_. *Idade, sexo e tempo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

\_\_\_\_\_. *Humanismo pedagógico*. Rio de Janeiro: Stella Editora, 1943.

\_\_\_\_\_. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1969.

\_\_\_\_\_. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Paulinas, 2001.

SALGADO, Plínio. O horror das responsabilidades. *A Razão*, 1º jul. 1931.

\_\_\_\_\_. Federação e sufrágio. *A Razão*, 26 jan. 1932.

\_\_\_\_\_. A mulher no século XX. In: SALGADO, Plínio. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas, 1955. p. 221-311. v. VIII.

\_\_\_\_\_. A inquietação espiritual na literatura brasileira. In: SALGADO, Plínio. *Obras completas*. São Paulo: Edit. Das Américas, 1956. p 265-375. v. XVII.

SALGADO, Plínio (Org.). *Enciclopédia do integralismo*. São Paulo: Clássica Brasileira, 1959. p. 25-69. v. IX.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; RIBEIRO COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanem*”. São Paulo: Paz e Terra – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difiel, 1979.